

EDITORIAL

Fraternidade, controle social, participação e avaliação: componentes da gestão democrática da educação?

***Fraternity, social control, participation and evaluation:
components of democratic management of education?***

***Fraternidad, control social, participación y evaluación: ¿componentes de la
gestión democrática de la educación?***

Este é o último número da RBPAE de 2014, ano que representou um marco para a educação brasileira, dentre outras coisas, em virtude da promulgação da lei 13.005 que, finalmente, aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE para o período 2014-2024, após quase quatro anos de rico e conflituoso processo de tramitação pelo Congresso Nacional. O PNE, ao mesmo tempo, marco regulatório e principal instrumento da política educacional brasileira para os próximos anos, poderá se constituir em meio de avanços para a democratização da gestão da educação, por seu turno, como meio de garantir a efetiva escolarização com qualidade social para todos e todas, mesmo que contenha muitos limites.

Entre as diretrizes do Plano, estabelecidas no seu art. 2, encontra-se reafirmada a “promoção do princípio da gestão democrática da educação pública”. O Art. 9 determina que todos os entes federados subnacionais, até junho de 2016, “deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação”.

É também destacável a instituição legal do Fórum Nacional de Educação e de seus correlatos nos estados e municípios, por representar importante meio de controle, organização, acompanhamento e avaliação das políticas educativas por parte dos distintos atores envolvidos com o seu desenvolvimento. Pode, pois, favorecer fortemente a ampliação dos espaços decisórios no sentido da democratização das estruturas da máquina governamental em seus diversos níveis. Esta era uma demanda do campo da educação que esteve em pauta desde os anos 1980 e que, enfim, se tornou uma conquista. Neste mesmo sentido, passou a caber legalmente aos fóruns a organização das conferências de educação em cada unidade subnacional a que estes se vinculam, em articulação com outras instâncias de gestão colegiada a exemplo dos conselhos municipais.

Nestes tempos de crise e descrédito porque passam as democracias, os partidos políticos e enfim, a própria política, dando cada vez mais lugar ao gerencialismo tomado como se fora uma técnica neutra, o fortalecimento das instituições sociais na perspectiva da democratização, particularmente as atinentes à educação, é um forte lenitivo para que esta, ao mesmo tempo em que cumpra o seu

papel precípua, contribua para o soerguimento de valores que afugentem os valores que ora se exacerbaram nas sociedades de mercado.

É nessa direção que se situa o artigo que abre o presente número da RBPAAE intitulado: *Fraternidade: uma categoria política na construção da gestão democrática da e na educação*. O artigo aborda a fraternidade como categoria política nos marcos regulatórios da educação brasileira. Neste sentido, a universalidade, a mundialização, a democracia participativa, a alteridade e a diversidade são tomadas como elementos constitutivos da fraternidade, problematizando-se a sua importância na estruturação das práticas sociais e, portanto, “na consolidação da gestão democrática”, por permitir o aprofundamento de “uma visão de homem, de sociedade e de educação marcadas pela autonomia recíproca, pela participação e pelos direitos humanos”. Seus autores são Marcelo Pereira (da UFU-MG) e Ivanna Torres (da Secretaria de Cultura do Distrito Federal).

Ainda que não aborde diretamente questões a respeito da educação, mas preocupando-se com o controle social das ações do Estado e, por conseguinte, preocupando-se igualmente com o fortalecimento das práticas democráticas, situa-se o segundo artigo: *Ouvidorias públicas: cidadania e participação na perspectiva da ação comunicativa* de Paulo Marques e Gionara Tauchen (ambos da UFRG- RS). O seu objeto, abordado com base nos fundamentos da teoria da ação comunicativa de Habermas, é a “atuação das ouvidorias públicas brasileiras como mecanismo de participação social e de exercício da cidadania no Estado Democrático de Direito”. Trata-se de estudo teórico que acaba por apontar para o papel das ouvidorias no sentido de viabilizarem o poder comunicativo, já que são instituições participativas “que têm como um de seus principais procedimentos a análise e decodificação das vozes da sociedade trazendo-as para o âmbito do Estado”.

Em sequência situa-se um conjunto de três artigos que focalizam, por distintos ângulos, a questão da gestão da educação. *Dirigentes municipais de educação no Brasil: regulação intermediária do sistema educacional* (de Marisa Duarte e Maurício Cardoso, ambos da UFMG), traz o exame de dados de 23 entrevistas realizadas junto a dirigentes municipais de educação, abordando “a trajetória político-profissional dos DMEs e suas relações com os atores locais”. O estudo destaca “o modo como gênero e trajetória profissional organizam lógicas de ação diferenciadas” e “as ações de articulação política intra sistêmica dos dirigentes, de acordo com o porte do município”. Viviane Hojas, da UNESP de Marília, por seu turno, trata do *Concurso público para diretor de escola no estado de São Paulo: expectativas dos órgãos centrais do ensino e as percepções de diretores concursados*. Seu trabalho tomou por base “a análise dos editais e das provas dos concursos públicos para provimento do cargo de diretor de escola realizados na rede estadual de ensino de São Paulo e das percepções de diretores”, visando apreender “quais as expectativas dos órgãos centrais do ensino em relação à atuação desses profissionais e o pensamento administrativo que supostamente orientou e/ou orienta a administração das escolas públicas paulistas”. O terceiro trabalho do grupo, de autoria de Antonio Pereira (da UNESC/SC) e Cléa Krás

(da ULBRA-RS), intitula-se *Ensino de língua portuguesa: contribuição para a prática da gestão democrática participativa*. Seu conteúdo traz uma reflexão a respeito do ensino de Língua Portuguesa e a teoria de gestão escolar, procurando analisar a contribuição da primeira (de uma perspectiva interacional), para a prática da gestão democrática participativa escolar. Para tanto, são tratadas “três experiências docentes na área” sistematizadas a partir de estudo etnográfico realizado “em uma escola pública de Educação Básica, que buscou compreender o ensino no contraponto dos fundamentos da inovação educativa em desenvolvimento na instituição”.

A avaliação é o tema dos dois artigos seguintes. Emília Prestes e Maria da Salete Farias (ambas da UFPB) são autoras do texto *Face(s) da avaliação da educação em tempos de incertezas* que trata das políticas de avaliação da educação que visam elevar a qualidade das aprendizagens dos estudantes das redes públicas de ensino. A problemática é analisada focalizando, interligadamente, três dimensões: resultados da avaliação educacional relacionando-os com a qualidade da educação básica e com o compromisso social da educação; “as repercussões da avaliação na qualidade educacional e a importância que a sociedade tem reservado à “escola pública em tempos de crises e de incertezas”. Já o artigo intitulado *Proposta metodológica: avaliação externa e desempenho dos alunos*, de autoria de Alexandre Salgado Junior e Juliana Novi (ambos da USP), propõe uma metodologia visando identificar fatores que podem influenciar no desempenho dos alunos em testes de avaliação em larga escala. Esta é composta por duas etapas: “escolha e seleção das escolas consideradas eficientes e ineficientes, por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA), e realização de estudos de múltiplos casos nestas escolas, visando compreender os processos internos”. Com o desenvolvimento da proposta os autores pretenderam fornecer uma contribuição para o processo decisório sobre a aplicação dos recursos públicos, para a melhoria na qualidade da educação e, portanto, para melhoria das políticas educacionais.

Concluem a seção ARTIGOS dois trabalhos que têm em comum a questão da diversidade e das desigualdades na educação. *Desafios para a política educacional: a presença negra na configuração escolar* tem por autores Maria da Conceição dos Reis, Edílson de Souza e Vilde Menezes, (todos vinculados à UFPE). Apresenta resultados de pesquisa que analisou a história de vida de pessoas negras portadoras do título de doutor, com base, sobretudo, em construtos teóricos de Norbert Elias. São analisadas questões a respeito do papel da escola na construção da identidade dessas pessoas que se destacam nacionalmente como lideranças, entre outros fatores, por assumirem a identidade negra, por pesquisarem o tema e formarem pesquisadores sobre a educação das relações etnicorraciais. A partir dos resultados da investigação, é problematizada a necessidade das políticas educativas e da escola assumirem, efetivamente, a educação das relações etnicorraciais, apoiada em breve balanço da legislação pertinente. O último artigo, que trata da educação de jovens e adultos, é de autoria de Marcelo Carvalho (da UFMA) e intitula-se *O financiamento da EJA no Brasil: repercussões iniciais do Fundeb*. O artigo traz resultados de investigação que visou a

análise das primeiras repercussões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no financiamento da Educação de Jovens e Adultos. Apresenta debate sobre o atendimento da clientela desta modalidade de ensino e análise de dados a respeito de matrículas e do seu novo padrão de financiamento a partir da implantação do Fundo em tela.

No início do presente editorial destacamos a importância do ano de 2014 para a educação brasileira em face da promulgação da lei do PNE 2014 - 2024. Outro marco de 2014, sem dúvida, foi a realização da II Conferência Nacional da Educação (Conae/2014) no mês de novembro, como a culminância de um processo que envolveu conferências municipais e estaduais por praticamente todo o país no ano anterior. A Conae 2014, que teve por tema *O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração*, contou com cerca de 4.000 participantes incluindo 2.673 delegados credenciados, além de palestrantes, convidados, observadores e os organizadores. Propostas foram amplamente discutidas, pactuadas e registradas em documento que tem sido norteador das ações políticas do campo. A Conferência também foi palco de divulgação do *Manifesto: a educação tem que ser compromisso prioritário* pelas entidades que integraram a Plenária Nacional de Educação. O referido Manifesto é publicado neste número da RBP AE na seção DOCUMENTOS.

Desejamos a todos e todas o melhor proveito na leitura do conteúdo da nossa Revista.

Janete Maria Lins de Azevedo
Editora

Alice Happ Botler
Editora Associada